

As mudanças litúrgicas 1948-1969

 Padre Anthony Cekada

 04/06/2024

 Livro Obras de Mãos Humanas, Missa Nova de Paulo VI, Reforma da Semana Santa em 1955, Simplificações das Rubricas em 1955, Apologética Sedevacantista

Extraído do capítulo 3 do livro "Obras de Mãos Humanas: Uma Crítica Teológica à Missa de Paulo VI", publicado originalmente em 2015 sob o título "Work of Human Hands: A Theological Critique of the Mass of Paul VI", disponível em PDF aqui

ÍNDICE

[A CRIAÇÃO DA MISSA NOVA](#)

[O PLANO DA COMISSÃO DA REFORMA \(1948\)](#)

[A VIGÍLIA PASCAL EXPERIMENTAL \(1951\)](#)

[RUBRICAS SIMPLIFICADAS \(1955\)](#)

[A NOVA SEMANA SANTA \(1955\)](#)

[A INSTRUÇÃO SOBRE A MÚSICA SACRA \(1958\)](#)

[O NOVO CÓDIGO DE RUBRICAS \(1960\)](#)

[A CONSTITUIÇÃO DO VATICANO II SOBRE A LITURGIA \(1963\)](#)

[AS MUDANÇAS NO ORDO DA MISSA \(1964\)](#)

[MISSA DE FRENTE PARA O POVO \(1965\)](#)

[MAIS MUDANÇAS NO RITO \(1967\)](#)

[NOVAS ORAÇÕES EUCARÍSTICAS \(1968\)](#)

[O NOVO ORDO DA MISSA \(1969\)](#)

[RESUMO](#)

A CRIAÇÃO DA MISSA NOVA

Durante meu primeiro ano no Seminário da Fraternidade São Pio X, as cerimônias da Semana Santa me deixaram de alguma forma intrigado. Elas se pareciam notavelmente similares aos ritos pós-Vaticano II que eu me lembrava dos meus anos como seminarista diocesano. Por que, eu me perguntava, as pessoas que impuseram o *Novus Ordo* em 1969 não tinham mudado também os ritos da Semana Santa?

Essa resposta era, aprendi eventualmente, que eles não precisavam fazê-lo, pois os mesmos homens que tinham produzido o *Novus Ordo* já tinham mudado a Semana Santa muito antes do Vaticano II. Para eles, a Missa Nova completaria meramente o longo processo de mudanças litúrgicas, que eles tinham posto em movimento durante o reinado de Pio XII.

Obras que criticavam a Missa Nova frequentemente não faziam essa conexão. A verdadeira ruptura, os tradicionalistas assumem, veio com o Vaticano II. Antes disso, apesar de haver muitos ratos pelos cantos em alguma parte da Igreja, tudo ainda estava bem com a Sagrada Liturgia em si mesma, e o ápice da tradição litúrgica cató-

lica poderia ser encontrado nos livros litúrgicos de 1958 ou 1962 (dependendo de sua convicção).

Mas até então (e você pode escolher qualquer data) o processo de minação das fundações da sagrada Liturgia já estava de fato bem adiantado, não somente na teoria mas também na prática.

Assim Annibale Bugnini, como o protagonista na criação de todos os ritos pós-Vaticano II, intitulou suas memórias, *A Reforma Litúrgica: 1948-1975* – note a data inicial – e intitulou o seu primeiro capítulo sobre as mudanças pré-Vaticano II “a chave para a Reforma Litúrgica”.

De fato, em sua Constituição Apostólica de 1969, promulgando o Novo Ordo da Missa, Paulo VI aponta para as reformas de 1951 e da Semana Santa de 1955, introduzidas durante o reinado de Pio XII, como sendo o início do processo para a criação da Missa Nova.

Desde o início da renovação litúrgica, se tornou bem claro que as formas do Missal Romano deveriam ser revisadas e enriquecidas. Um começo foi feito por Pio XII na restauração da Vigília Pascal e nos ritos de Semana Santa; ele assim deu o primeiro passo para adaptar o Missal Romano à mentalidade contemporânea.¹

Levaremos as palavras de Paulo VI a sério, então começaremos nossa história com uma Comissão do Vaticano para a Reforma Litúrgica estabelecida em 1948.

Nós iremos examinar em ordem os onze passos do processo que criou o *Novus Ordo Missae* de 1969. (1) A Vigília Pascal experimental de 1951. (2) A simplificação das rubricas de 1955. (3) O Ordo Renovado para a Semana Santa de 1955. (4) A Instrução sobre Música Sacra de 1958. (5) O Novo Código de Rubricas promulgado em 1960. (6) A Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II de 1963. (7) As mudanças iniciais no Ordo da Missa de 1964. (8) A permissão dada em 1965 para celebrar a Missa de frente para o povo. (9) As mudanças adicionais no Ordo da Missa de 1967. (10) As novas Orações Eucarísticas introduzidas em 1968, que poderiam ser usadas no lugar do Cânon Romano. (11) E finalmente, em 1969, a culminação do processo: a promulgação do Novo Ordo da Missa de Paulo VI.

O PLANO DA COMISSÃO DA REFORMA (1948)

Depois da reforma parcial do Breviário feita por São Pio X em 1914, a possibilidade de modificações litúrgicas no Calendário e no Breviário foi discutida periodicamente nos círculos oficiais. As duas convulsões causadas pelas duas guerras mundiais, entretanto, haviam interferido e tornado impossível de prosseguir com o projeto naquele tempo. Mas em maio de 1946 a seção histórica da Sagrada Congregação dos Ritos do Vaticano apresentou um memorando ao Papa Pio XII sobre a questão da Reforma Litúrgica e com a aprovação de Pio XII, o redentorista austríaco Joseph Löw começou a redigir um plano para a reforma geral.

No mesmo ano encontramos pela primeira vez a figura daquele que pelas próximas três décadas irá primeiramente influenciar, e depois dirigir, a transformação gradual da Liturgia católica: Annibale Bugnini (1912-1982).

Em 1946, os membros da “esquerda” do Movimento Litúrgico na França organizaram uma conferência em Thieulin, perto de Chartres, a fim de discutir os seus planos para o futuro. Um dos participantes, o Padre Duployé, depois relatou o seguinte incidente:

Alguns dias antes da reunião em Thieulin, fui visitado por um lazarista italiano, Padre Bugnini, que me tinha pedido para obter um convite para ele. O Padre escutou muito atentamente, sem dizer uma palavra, por quatro dias. Durante nossa jornada de retorno à Paris enquanto o trem estava passando pelo lago suíço em Versalhes, ele me disse: “admiro o que o senhor está fazendo, mas o maior serviço que eu lhe poderia render é jamais dizer uma palavra em Roma sobre tudo o que eu acabo de ouvir.”²

1. Bugnini soa o alarme.

Em novembro de 1947, como vimos, Pio XII publicou sua grande encíclica sobre a Liturgia, a *Mediator Dei*. Apesar de sua condenação dos erros e desvios do Movimento Litúrgico (arqueologismo, sacerdócio leigo, noções falsas de participação etc.), a esquerda do movimento viu a discussão de Liturgia que a encíclica provocou como uma oportunidade para alavancar o seu programa.

Dois meses mais tarde em janeiro de 1948, Annibale Bugnini, então o jovem e altamente estimado editor da influente revista litúrgica romana, *Ephemerides Liturgicae*, enviou uma nota confidencial aos colaboradores da revista pelo mundo. A nota continha cinco questões sobre a reforma do Breviário, Calendário, Martirológio e todos os livros litúrgicos.³ Uma vez que *Ephemerides Liturgicae* era tida como uma voz semi-oficial dos círculos litúrgicos romanos, Bugnini depois disse que o questionário que ele tinha despachado era:

O primeiro sinal de alarme de que alguma coisa estava acontecendo. Naqueles dias, era inaudito saber de alguém que desafiasse sequer uma rubrica ou usasse a palavra “reforma”. Portanto, o questionário foi um movimento ousado, neste caso verificou-se o provérbio: “a fortuna favorece os valentes”.⁴

Bugnini acrescentou: Isso “encorajou os acadêmicos a dirigirem as suas investigações para o objetivo da reforma prática”⁴ – em outras palavras, esse foi um sinal discreto para a esquerda do Movimento Litúrgico começar a atuar em prol de mudanças particulares. Mas, disse ele, “o questionário não foi um fronte de manobra secreta” – que, na linguagem bugniniana (como veremos em breve), significa que ele era. E ele teve um efeito imediato.

2. O sonho de Jungmann.

Um dos recipientes do questionário de Bugnini foi Theodore Klauser, um membro da Comissão Litúrgica da Conferência dos Bispos de Fulda. Klauser imediatamente informou seus companheiros membros de Comissão da iniciativa de Bugnini. Eles concluíram “que tinha chegado uma hora na história da Liturgia que não poderia ser perdida.”⁵

A Comissão Litúrgica de Fulda se reuniu na Abadia de Banz de 1 a 3 de junho de 1948. De acordo com as notas da reunião, tomadas pelo Mons. Johannes Wagner, Josef Jungmann foi “bem discretamente pedido... para apresentar para a discussão da Comissão seus pensamentos em prol de uma possível reforma da Missa.”⁶

Em uma série de reuniões com a Comissão, Jungmann apresentou suas ideias para uma reforma da Missa – o seu *Traum im Herzen*, ou “Sonho do Coração”, como ele o chamou. Jungmann sonhou em eliminar da Missa múltiplas orações e beijos no Altar, reduzir o número de genuflexões, diminuir a ênfase na Consagração, recitar as Orações ao Pé do Altar da sedilia, “contrastar” a Consagração com a Escritura, introduzir “mais Escritura”, inserir uma Oração dos Fiéis, mudar as orações do Ofertório, encurtar o Cânon, eliminar alguns santos do Cânon, enfatizar a doxologia no final do Cânon, introduzir um hino de ação de graças depois da Comunhão, colocar as leituras em vernáculo e (possivelmente) permitir mais vernáculo.⁷

Todas essas propostas eram as consequências lógicas da teoria da corrupção de Jungmann – de que a adição de orações e ritos na Missa pelos séculos depois do tempo de Constantino tinha rebaixado ou obscurecido um ideal litúrgico “primitivo”.

Mas o que é de fato mais importante para a nossa discussão aqui, é que a Missa do sonho de Jungmann é essencialmente a Missa de Paulo VI – só que em 1948. É uma vez que Jungmann, assim como Bugnini, estará intimamente envolvido na formulação das mudanças litúrgicas tanto antes quanto depois do Vaticano II, devemos entender desde o princípio de onde tudo será conduzido.

3. A Comissão é apontada.

Enquanto isso, em Roma, uma Comissão para a Reforma Litúrgica foi apontada em 28 de maio de 1948. Os primeiros membros foram Cardeal Clemente Micara (Prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos), Arcebispo Alfonso Carinci (secretário da Congregação), Padre Ferdinando Antonelli (chefe da seção histórica da Congregação), Joseph Löw (autor do memorando inicial de 1946 sobre a Reforma Litúrgica), Anselmo Albareda (chefe da Biblioteca Vaticana), Augustin Bea (reitor do Pontifício Instituto Bíblico e confessor de Pio XII) e Bugnini, que foi apontado secretário da Comissão da Reforma.⁸

A posição de secretário é o posto-chave em qualquer corpo administrativo vaticano. Embora o prefeito ou o relator (presidente) é teoricamente o responsável, o secretário é, na verdade, quem organiza e supervisiona todo o trabalho do dia a dia do de-

partamento; ele é então capaz de influenciar de incontáveis modos as políticas ou decisões que o departamento toma.

Então Bugnini – o apoiador discreto da ala esquerda do Movimento Litúrgico – encontrou-se no assento de piloto da Reforma Litúrgica.

4. A Memória.

A Comissão de Reforma, também conhecida como Comissão Piana, reuniu-se pela primeira vez em 28 de junho de 1948. Por aquele tempo, o Padre Löw estava em vias de completar sua obra *Memoria sulla Riforma Liturgica (Memória sobre a Reforma Litúrgica)*,⁹ que foi publicada no ano seguinte e privadamente circulada aos destinatários designados pela Congregação dos Ritos. A *Memoria* serviria como ponto de partida na discussão das mudanças litúrgicas que seguiram nos anos 50.

A *Memoria* é uma obra extensa que discute os motivos para começar uma Reforma Litúrgica, os princípios gerais que a governariam, a situação do clero, o estado do Movimento Litúrgico e assuntos relacionados¹⁰. Muito espaço é devotado aos aspectos técnicos de mudar o Calendário Litúrgico e o Breviário.

Alguns pontos da *Memoria* são de particular interesse aqui, porque eles insinuam o que está por vir para a Missa.

Monsenhor Wagner, que estava presente na reunião de Banz em junho de 1948, disse que o autor da *Memoria*, Padre Löw, aprovara os desejos para a Missa que Jungmann havia articulado¹¹. Portanto, não é surpresa ver Löw se referir aos ritos tradicionais de Semana Santa – um ponto sempre doloroso para os adeptos do Movimento Litúrgico – como “um problema agudo e grave, que requer absolutamente algum tipo de solução”.¹²

A *Memoria* de Löw diz que repetir todo ano as mesmas leituras da Escritura nos mesmos domingos depois de Pentecostes causou uma “esterilidade geral na pregação”. Ele recomenda permitir outras leituras da Escritura para serem usadas, quer como um suplemento opcional, quer como obrigatório. E até mesmo sugere a introdução de um ciclo multianual.¹³ Paulo VI certamente implementaria o último vinte anos depois.

No que toca à própria Missa, a *Memoria* menciona em linguagem bastante neutra “problemas” levantados pelo Movimento Litúrgico durante os anos precedentes – o vernáculo, a participação dos fiéis e várias formas de celebração (cantada, rezada, pontifical), mas então menciona “a própria *estrutura interna* da Missa”¹⁴, um assunto que (como Reid assinala) dá a impressão de aparecer sem qualquer explicação posterior.¹⁵ A *Memoria* diz pouco mais sobre este “problema”, salvo que “parece oportuno” deferir a consideração dessa questão e aquela do Missal para uma “segunda fase da obra da Comissão”.¹⁶

Mas, com o benefício da retrospectiva, não é difícil de imaginar o que aqueles envolvidos tinham em mente.

Depois de uma discussão inicial da *Memoria*, a Comissão recebeu permissão de Pio XII para enviá-la *sub secreto* (em termos de sigilo estrito) a três liturgistas para que tecessem seus comentários: Padres Bernard Capelle, Mario Righetti e, sem dúvida, Josef Jungmann.¹⁷

5. A Obra da Comissão.

Nos doze anos de sua existência (de 28 de junho de 1948 à 8 julho de 1960), a Comissão Piana realizou 82 reuniões e, de acordo com Bugnini, “trabalhou em absoluto sigilo”.¹⁸ Em suas memórias, Bugnini diz que, dos membros da Comissão, “somente três dos trabalhadores interinos tinham um desejo real de reforma e um considerável conhecimento de Liturgia.” Por tais, ele parece significar a si mesmo, ao Padre Löw e (depois) Padre Braga. Os outros membros, Bugnini disse, “tomaram parte nas reuniões mais por um senso de dever do que por convicção”¹⁹

Assim, naturalmente, a obra de organizar, propor e implementar uma gradual, porém completa revisão da Missa do Rito Romano caiu no colo de um homem, Annibale Bugnini. Ele permaneceria ali por 21 anos, com uma breve interrupção, até a completa destruição da Missa em 1969.

Agora ofereceremos uma breve investigação das onze etapas na criação da Missa de Paulo VI e assistir a Missa católica lentamente desaparecer diante dos nossos olhos.

A VIGÍLIA PASCAL EXPERIMENTAL (1951)

O Sábado Santo era originalmente um dia em que não se celebrava a Missa. Em vez disso, durante a noite de Sábado Santo até o Domingo de Páscoa, a Igreja mantinha uma longa vigília. Os fiéis vigiavam a noite inteira na Igreja e esperavam a celebração da primeira Missa de Páscoa, que encerrava a vigília no começo da manhã de Páscoa.

Na medida em que o cristianismo triunfou pelo mundo, ficaram poucos conversos adultos por batizar, então o interesse em assistir a grande vigília decaiu. E isso, de par com várias mitigações na lei do jejum, levou no século XI a gradualmente se antecipar a cerimônia de vigília no próprio sábado até que ela finalmente começou a ser observada na manhã do Sábado Santo.

Ao longo dos anos, bispos que apoiavam o Movimento Litúrgico tinham repetidamente pedido a Santa Sé permissão para celebrar a Vigília Pascal na vigília do Sábado Santo. “Razões pastorais” eram aduzidas em prol da mudança do tempo (as celebrações da manhã de sábado não eram bem assistidas) assim como “autenticidade” (as orações falam de “esta noite”), um conceito que nós vamos encontrar novamente quando discutirmos as reformas pós-Vaticano II.

Assim, em fevereiro de 1951, a Santa Sé publicou um decreto permitindo experimentalmente e por um período de um ano, a celebração da Vigília Pascal na noite de Sábado Santo.

Em si e de si mesma, meramente permitindo esta prática não haveria sido particularmente questionável. Mas Bugnini e companhia se aproveitaram da ocasião para introduzir mudanças nos *próprios ritos*. Tão secreto era o trabalho de sua Comissão sobre esse projeto, Bugnini disse, “que a publicação do *Ordo Renovado para o Sábado Santo*, no começo de março de 1951, tomou de surpresa até mesmo os oficiais da Congregação dos Ritos.”²⁰

A surpresa dos superiores (em teoria) de Bugnini parece estar refletida no conteúdo do decreto pelo qual eles promulgaram o *Ordo Renovado*; ele se devota principalmente a discutir a mudança de tempo e menciona, quase como uma reflexão tardia, “as rubricas que se seguem”.²¹

Mas essas mudanças nos ritos da Vigília eram de fato bem abrangentes: as orações de bênção do fogo pascal são reduzidas de três para uma, uma nova cerimônia para cravejar o Círio Pascal foi introduzida, o candelabro triplo usado para trazer o fogo pascal para dentro da Igreja foi abolido, o clero e o povo devem portar velas, o número das profecias se reduziu de doze para quatro, o celebrante senta e escuta as leituras, ele canta a Coleta na sedilia, uma pausa para oração é introduzida depois de *flectamus genua* nas orações, a água batismal é abençoada no santuário de frente para o povo, “em vez de ser no batistério”, a ladainha se divide em duas e é abreviada, todos os presentes recitam uma “renovação dos votos batismais”, o Salmo 42 e o Último Evangelho são excluídos da Missa.²²

Tudo isso foi retratado como uma restauração da Antiguidade, assim como as características do *Novus Ordo* o seriam duas décadas depois, mas a alegação era igualmente falsa. A antiga Vigília Pascal ia do crepúsculo do Sábado Santo até a aurora do Domingo de Páscoa (isto era chamado a *pannuchia*, termo grego para “toda a noite”) e consistia de uma aparentemente interminável série de leituras, cantos, orações e ladainhas espalhadas pela noite. Em Roma, as leituras eram cantadas em latim e então novamente em grego; as petições nas ladainhas dos santos eram repetidas sete vezes. Tudo isso era perpassado por largos ritos de batismo, confirmação e ordenação.²³ Ademais, uma vez que não havia banco nas igrejas, os leigos suportavam tudo isso *de pé*. Então, o número de leituras da “restauração” de 1951 deveria ter sido *triplicado* para, digamos, trinta e seis, em vez de *reduzido* a meramente quatro. E leigos segurando velas acesas? Cera nos tempos antigos era um produto precioso e os leigos doariam velas para ajudar a manter a Igreja. Na Igreja Primitiva, dar velas para os leigos acenderem teria sido semelhante a eu pedir aos meus paroquianos suburbanos para queimarem notas de vinte dólares. Bastante improvável.

No entanto, na Vigília Pascal de 1951 vemos de fato alguns princípios e práticas que dezoito anos mais tarde serão impostos universalmente no *Novus Ordo Missae* de

Paulo VI: abreviação de ritos (três orações para uma; doze profecias para quatro), invenção de novos ritos (cravejar o círio, o povo carregando velas, renovação dos votos batismais), cerimônias de frente para o povo (para a bênção da água batismal), redução das ações do sacerdote (ele senta e escuta), remoção de partes do Ordo da Missa e certamente a recitação das orações litúrgicas em vernáculo (as lições da Vigília e os votos batismais).

É, pois, fácil de entender por que Bugnini proclamaria em 1955 que a Vigília Pascal de 1951 foi “a primeira etapa de uma renovação litúrgica geral”,²⁴ e porque o velho modernista Dom Beaudoïn a saudaria como “um ponto de chegada” e “um ponto de partida”.²⁵

RUBRICAS SIMPLIFICADAS (1955)

Essas mudanças, conhecidas como “a redução das rubricas para uma forma mais simples”, foi promulgada em março de 1955 e afetou primariamente o Calendário Litúrgico, o Ofício Divino e o número de Coletas que o sacerdote recitava na Missa.²⁶

A Introdução, obra de Bugnini, afirma que as mudanças põem em prática as propostas da *Memoria* de 1948. O sistema de classificação para as festas foi reelaborado para diminuir o grau das festas de classe menor,²⁷ e para aumentar o grau da classe dos domingos.²⁸ Várias orações recitadas antes, durante e depois do Ofício Divino foram suprimidas,²⁹ como foram as Coletas do Tempo e os Últimos Evangelhos próprios da Missa.

No Calendário tradicional, as festas mais importantes são frequentemente precedidas por uma vigília; as mudanças de 1955 suprimiram dez delas.

Uma mudança particularmente significativa foi a supressão das Oitavas – uma comemoração de uma festa maior que continua no decorrer da semana seguinte à própria festa. O decreto de 1955 suprimia quatorze oitavas das quais nove datavam do século sétimo e oitavo, dentre elas, as Oitavas da Epifania, da Ascensão e da Assunção. A maior parte dos tradicionalistas, clérigos e leigos igualmente, não estão a par dos pontos mais sutis da história litúrgica e da prática ritual, e podem estar inclinados à descartar todas as mudanças acima como inofensivas.

Não assim para o homem que as criou. Esta simplificação das rubricas, Bugnini disse naquele tempo, era “o segundo capítulo de uma Reforma Litúrgica Geral que está acontecendo por alguns anos.”³⁰ Ele foi bastante claro sobre os objetivos de longo prazo do processo:

*Nós estamos preocupados com “restaurar” [a Liturgia]... [tornando-a] uma nova cidade na qual o homem da nossa época possa viver e se sentir à vontade...*³¹

Sem dúvida, um comentário com o qual nenhum católico tradicional poderia “sentir-se à vontade”. As mudanças de 1955 constituem uma “reviravolta” no Rito Romano:

*Não há dúvida que ainda é demasiado cedo para avaliar o pleno portento desse documento, que marca uma importante reviravolta na história dos ritos da Liturgia Romana...*³²

Elas indicam onde a reforma finalmente vai levar, elas são uma “ponte” para este futuro, e representam somente uma “etapa” para mudanças litúrgicas de maior alcance.

*O presente decreto tem um caráter contingente, é essencialmente uma ponte entre o antigo e o novo, e, se quiser, uma seta indicando a direção tomada pela restauração corrente...*³³

*A simplificação não abrange todas as áreas que mereceriam uma reforma, mas para um momento somente as coisas que são mais fáceis e mais óbvias e com o efeito imediato e tangível... na simplificação, sendo uma “ponte” entre o estado presente e a reforma geral, o compromisso era inevitável...*³⁴

O assistente de Bugnini, Braga, disse que as rubricas simplificadas em 1955 eram “um tipo de prelúdio, digamos assim, para a renovação litúrgica que já estava sendo preparada, certos princípios da qual foram postos em prática.”³⁵

Os tradicionalistas que propõem teorias conspiratórias sobre as atividades dos inimigos da Igreja costumam ser tidos como sujeitos paranoicos. Mas, em 1955, Bugnini estava diretamente convidando apoiadores da revolução litúrgica a trabalhar juntos com ele para atingir o seu objetivo comum.

Aqueles que estão animados para uma renovação litúrgica mais integral e realista estão uma vez mais – devo dizer – como que convidados, tacitamente, a manter seus olhos abertos e fazer uma investigação precisa dos princípios aqui apresentados, para ver suas possíveis aplicações...

Mais do que em qualquer outro campo, uma reforma na Liturgia deve ser o fruto de uma colaboração de todas as forças ativas iluminadas e inteligentes.

A NOVA SEMANA SANTA (1955)

A colaboração iluminada de todas as forças ativas produziu ainda uma outra reforma mais tarde naquele mesmo ano quando, em 16 de novembro de 1955, a Santa Sé promulgou o *Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus* – o Ordo Renovado para a Semana Santa.³⁶

A justificativa oferecida para esta reforma era essencialmente tripla... (1) Autenticidade, (2) conformidade às tradições antigas e (3) plenitude pastoral. Estes temas são aqueles que os mesmos reformadores litúrgicos repetidamente soarão depois do Vati-

cano II, quando “autenticidade” vai significar destruir o místico ou o simbólico, quando “conformidade com as tradições antigas” vai significar selecionar somente aquelas práticas antigas que podem ser distorcidas para servir à teologia modernista e quando “plenitude pastoral” vai significar inventar ritos didáticos, tendo em vista o menor denominador comum, que transforma a Missa em uma sala de aula.

Com o benefício da retrospectiva, podemos olhar para trás para as mudanças da Semana Santa de 1955 e ver já uma outra série de mudanças incrementais colocadas em um lugar que vai ser permanentemente incorporado no *Novus Ordo*.³⁷

1. Domingo de Ramos.

No rito tradicional, o sacerdote abençoa os ramos no altar em uma “Missa seca” (uma cerimônia que segue a estrutura da Missa). A procissão segue e então a Missa própria, na qual a Paixão é cantata. A Missa seca é uma sobrevivente da prática em Roma onde o Papa abençoava os ramos na Missa em uma igreja, ia em procissão para uma outra e oferecia uma segunda Missa ali.

No rito de 1955, a Missa seca (Intróito, Coleta, Epístola, Responsório, Evangelho, Prefácio e Sanctus) se foi. O sacerdote abençoa os ramos não no altar, mas em uma mesa, atrás da qual ele fica “de frente para o povo”. Em vez das vestimentas roxas, vestimentas vermelhas são usadas, como no *Novus Ordo*. Somente uma oração de bênção é usada, no rito antigo havia cinco.

Para a procissão, os reformadores aboliram a cerimônia mística à porta da Igreja – os coros alternantes dentro e fora da igreja, e o bater na porta, simbolizando Cristo procurando entrar na Cidade Santa. Depois da procissão, no rito novo o sacerdote canta a Coleta Final de frente para o povo, de costas para o tabernáculo.

As Orações ao Pé do Altar desaparecem inteiramente da Missa e o sacerdote sobe ao altar para incensá-lo. Se há outros ministros para assistir, o celebrante não lê as leituras da Escritura ele mesmo, mas senta no banco para escutá-las. A unção de Betânia é omitida do começo da Paixão, e a colocação dos guardas à tumba é omitida no final. O Último Evangelho da Missa é suprimido.

Assim como na Vigília Pascal de 1951, vemos mudanças aqui que vão ressurgir na Missa de Paulo VI: abolição de cerimônias místicas, condução de ritos “de frente para o povo”, corte do número de orações de bênção, redução do papel do sacerdote a algo passivo durante a leitura da Escritura,³⁸ remoção de orações penitenciais do começo da Missa, porque uma outra cerimônia a tem precedido e, finalmente, abolição do Último Evangelho.

2. Quinta-Feira Santa.

O Ordo de 1955 para a Semana Santa moveu a celebração da Ceia do Senhor para a noite. Isso em si mesmo não é questionável.

Mas novamente, houve mudanças rituais. O Credo e o Último Evangelho são omitidos, e um Salmo Responsorial (uma prática que se tornará parte integrante do *Novus Ordo*) deve ser cantado durante a recepção da Comunhão. A cerimônia de Quinta-feira (o Lava-pés) é inserida no próprio rito da Missa, e a Coleta seguindo o Lava-pés é para ser recitada “de frente para o povo”.³⁹

As práticas tradicionais de um repositório elaboradamente decorado e adoração do Santíssimo Sacramento até que ele seja removido durante a celebração da Sexta-feira Santa são abolidas. O rito de 1955 (como *Novus Ordo*) recomenda “severidade” nas decorações para o repositório e prescreve que a adoração se termine à meia-noite – quando até mesmo as flores devem ser removidas.

3. Sexta-Feira Santa.

Esse dia originalmente não tinha celebração litúrgica. Nenhuma Missa era celebrada, pois, como o Papa Inocêncio I explicou no V século, era um dia no qual “os apóstolos se esconderam por medo dos judeus”.

No entanto, eventualmente a Igreja instituiu uma celebração litúrgica para este dia, que no rito tradicional consiste de uma Missa dos Catecúmenos, Orações Solenes, a Adoração da Cruz e a Missa dos Pré-Santificados. Durante essa última, o sacerdote traz a Sagrada Hóstia de volta do repositório e realiza alguns dos ritos da Missa no altar (inclusive uma elevação), depois da qual ele consome a Hóstia.

O rito de 1955 é uma cerimônia de Comunhão. A primeira parte da cerimônia é conduzida da sedilia em vez de ser do altar, e novamente, se o ministro canta a leitura da Escritura, o celebrante escuta passivamente.

O celebrante, vestindo uma capa pluvial em vez de uma casula e ladeado pelos ministros sagrados, canta as Orações Solenes a partir de um livro posicionado diretamente no *centro* do altar, uma anomalia no rito romano.

Na cerimônia de 1955, as Orações Solenes sofreram sua primeira série de mudanças por causa do ecumenismo: a Oração pelos Hereges e Cismáticos foi renomeada como a Oração pela Unidade dos Cristãos. Onde o rito antigo determina que *nenhuma* genuflexão deve ser feita na oração pelos judeus, a nova oração determina que a genuflexão seja feita, porque a omissão era considerada “antissemita”.

O rito de 1955 introduz uma nova opção, também encontrada no *Novus Ordo*, para a adoração da cruz. O sacerdote, ficando no degrau de cima, segura a cruz de pé, e o povo adora em silêncio, em vez de vir à mesa de comunhão para beijá-la.

Todas as cerimônias místicas da Missa dos Pré-Santificados foram abolidas. Não existe Procissão Solene do repositório com o Santíssimo Sacramento, com o canto do *Vexilla Regis*. O povo recita todo o Pater Noster com o sacerdote – uma prática que contradiz totalmente a tradição litúrgica do Rito Romano, como veremos. O simples

rito de comunhão do Ritual Romano se segue e todos devem receber a comunhão. Mais uma vez, um Salmo Responsorial pode ser cantado durante a Comunhão. No final, o livro é colocado no centro do altar e três orações de conclusão são cantadas.

4. Sábado Santo.

O rito de 1955 é essencialmente o mesmo que o rito experimental para a Vigília Pascal introduzida em 1951.

Em 1955, porém, celebrar o rito durante a noite tornou-se *mandatório*. Isso destruiu ou tornou irrelevante todo um conjunto de costumes devocionais populares que vieram a ser observados no Sábado Santo em vários países católicos pelo mundo (especialmente nos países hispânicos), uma ligação preciosa entre a Liturgia e a vida.

5. A Avaliação de Bugnini.

O que fazer de todas essas mudanças nos ritos para a semana mais sagrada do ano litúrgico da Igreja? No princípio do seu extenso comentário de 1956 sobre os novos ritos de Semana Santa, Bugnini afirma abertamente uma vez mais que esta é mais uma etapa em um longo processo de “renovação litúrgica”:

*O decreto “Maxima redemptionis nostrae mysteria”, promulgado pela Sagrada Congregação dos Ritos em 16 de novembro de 1955, é a terceira etapa em direção de uma renovação litúrgica geral: a primeira é a Vigília de Páscoa Solene (1951); a segunda, a simplificação das rubricas (1955); a terceira, o Ordo da Semana Santa.*⁴⁰

A INSTRUÇÃO SOBRE A MÚSICA SACRA (1958)

Três Papas no século XX promulgaram documentos tratando da questão da música sacra: Pio X (*Tra le sollecitudini*, 1903), Pio XI (*Divini cultus*, 1928) e Pio XII (*Musicae Sacrae Disciplina*, 1955).

Em vista desses pronunciamentos, a Sagrada Congregação dos Ritos decidiu publicar uma Instrução sobre Música Sacra a fim de definir termos, codificar leis eclesiásticas anteriores e estabelecer algumas novas regulamentações. A obra sobre a instrução foi completada em 1958 quando Pio XII estava já gravemente enfermo, e foi promulgada em 3 de setembro de 1958, cerca de um mês antes de sua morte.⁴¹

O documento resultante foi um tratamento extenso e sistemático da natureza e importância da música sacra na Liturgia, e contém muitos pontos excelentes, ele insiste na necessidade de uma verdadeira “sacralidade” nas qualidades da música usada na Liturgia. Ele encoraja ensinar os fiéis a cantarem a Missa, começando com respostas curtas, depois o Ordinário e então mesmo os Próprios. (!) Ele louva o uso do Missal pelos fiéis e recomenda a prática da celebração de Vésperas nas paróquias. Ele proíbe música gravada, assim como Missas “sincronizadas”,⁴² que alguns do Movimento Litúrgico estavam promovendo.

1. Promovendo a Revolução.

Infelizmente, em vez de limitar seu escopo às questões de música, a Instrução também implementou ou encorajou muitas práticas que levaram adiante o programa modernista:

1. A Instrução permite que a congregação participe na Missa Rezada dando respostas vocais juntamente das diversas orações recitadas pelo sacerdote.⁴³ Essa inovação, chamada de “Missa Dialogada”, era praticamente desconhecida nos países de língua inglesa, mas o Movimento Litúrgico na França e na Alemanha a promoveram largamente naqueles países começando nos anos 30.

A Instrução permite quatro “graus” de participação vocal na Missa Rezada: (a) as respostas curtas, tais como *Amen*, *Et cum spiritu* etc., (b) as respostas dos ministros, juntamente com o *Domine, non sum dignus* na comunhão, © o Ordinário da Missa (Gloria etc.) juntamente com o sacerdote, inclusive o *Pater Noster*, e (d) os Próprios da Missa (Intróito, Gradual, etc.), juntamente com o sacerdote.

Quando todos os quatro desses graus são implementados, todos os membros da congregação recitam em voz alta as Orações ao Pé do Altar, o Confiteor, o Intróito, o Kyrie, o Glória, todas as respostas curtas (*Et cum spiritu tuo*, *Amen* etc.), o Gradual, o verso do Aleluia, a Sequência, o Trato, o Credo, o verso do Ofertório, o *Suscipiat*, o Sanctus, o Pater Noster, o Agnus Dei, o *Domine non sum dignus*, o verso de Comunhão e todas as respostas no final da Missa.

Visto à luz da história da Missa, tudo isso é uma completa inovação no mais pleno sentido da palavra, porque: (a) o povo *recita* respostas na Missa Dialogada, enquanto que na Igreja Primitiva o povo *cantava* as respostas. (b) Muitas das orações que o povo recita na Missa Dialogada (e.g., as Orações ao Pé do Altar, o Pater Noster, o Gradual) historicamente nunca foram recitados *ou* cantados pela congregação; elas eram ou *apologiae* (orações em que o sacerdote protestava a sua própria indignidade) ou outras orações reservadas ao clero, ou cantos complicados cantados por um coro treinado.

A mudança resultante, que a Missa Dialogada introduz na Missa Rezada tradicional, é positivamente de tirar o fôlego. Em vez do costumeiro silêncio devocional obtêm-se um interminável barulho – centenas de pessoas pronunciando mal o latim. O princípio por trás dessa atividade é idêntico à mesma falsa ideia por trás do *Novus Ordo*: Não há nenhuma participação *verdadeira* sem participação *vocal*.

2. A Instrução permite o mais amplo uso do vernáculo na Missa Cantada e poderia ser usado depois do texto litúrgico, onde isso tinha se tornado costume (e.g., Alemanha).⁴⁴ Isso tinha até então sido proibido.

3. Ele permite a um leitor dizer em voz alta a Epístola e o Evangelho no vernáculo, enquanto o sacerdote as diz em latim.⁴⁴

4. A Instrução dava a possibilidade de transformar os cantos de Intróito, Ofertório e Comunhão em um “Salmo Responsorial”, pelo acréscimo de versículos extras dos Salmos e repetição dos cantos.⁴⁵

5. Ele introduzia o papel de um comentador: um sacerdote, clérigo ou “um leigo de bom caráter” tinha a permissão para fazer um “comentário” simultâneo em vernáculo sobre o que o sacerdote estava fazendo no altar.⁴⁶

Editores litúrgicos logo produziram livros que forneciam comentários para serem lidos nos vários pontos da Missa e os ligaram a cada Domingo e Dia de Guarda.⁴⁷ Assim, o “leigo falante” apareceu em várias igrejas (a igreja da infância de meu pai foi uma delas) muitos anos antes do Vaticano II, depois do qual ele – e eventualmente ela – se tornariam onipresentes.

Assim, na Instrução de 1958 sobre a Música Sacra, apesar de seus muitos pontos excelentes, encontramos a quarta etapa que leva à criação da Missa Nova.

2. E o Pastor Angélico?

Neste ponto de nossa narrativa, podemos ver a direção que as mudanças estão tomando – e ela está longe dos ideais magnificentes para a Liturgia que o próprio Pio XII anunciou na *Mediator Dei*. O próprio “Pastor Angélico” percebeu isso? Se percebeu, por que não fez alguma coisa para detê-lo?

Primeiro, havia o caráter de Pio XII. Enquanto ele era absolutamente impecável no tocante à doutrina e à teoria, parecia carecer do senso comum necessário para fazer juízos práticos sãos. Ele era demasiado crédulo, tão facilmente “impressionado” pela aparência de grandes habilidades intelectuais,⁴⁸ um homem demasiadamente com a cabeça nas nuvens.

Pio XII reconhecia que durante seu reinado a Igreja estava cheia de ratos em suas muralhas – vide sua condenação da “nova teologia” em *Humani Generis*; e, de fato, vide as advertências ao Movimento Litúrgico que ele publicou durante sua Alocução de 1956 no Congresso de Assis.

Infelizmente, Pio XII carecia de senso prático para ser um exterminador suficientemente implacável. No lugar de pessoalmente preparar discursos eruditos para os grupos visitantes de distribuidores de gás e figuras da moda (ele era conhecido por fazer a sua própria pesquisa para as Audiências Papais), provavelmente deveria ter estado em cima do Santo Ofício, assinalando os arquivos dos teólogos modernistas para demiti-los do sacerdócio para sempre (Chenu, Schillebeeckx, Congar, de Lubac, Rahner, Balthasar, Murray) e ameaçando os seus potenciais simpatizantes, transferindo-os para as capelas de hospitais e orfanatos (Lercaro, Roncalli, Montini e uma grande parte da hierarquia francesa e alemã).

Essa falta de juízo prático, penso eu, cegou Pio XII para a desconexão entre o ensinamento da *Mediator Dei* e as mudanças litúrgicas que ele permitiu que fossem introduzidas durante seu reinado. Sua adoção de uma “política de concessão controlada”,⁴⁹ encaixava-se muito bem na agenda de longo prazo que os líderes do Movimento Litúrgico já tinham estabelecido.

Segundo, precisamente por causa dessa falta de juízo prático, não se pode desconsiderar a bem real possibilidade de que Bugnini e companhia vendaram os olhos do Pastor Angélico. Já vimos Bugnini mascarar suas verdadeiras cores em 1946 a fim de promover a Revolução Litúrgica, e vamos vê-lo enganar e dissimular novamente em prol da causa. Não é difícil crer que ele e seus companheiros revolucionários ludibriaram Pio XII sobre o que era a sua agenda verdadeira.

De fato, o próprio Bugnini o insinua. Depois que ele nos conta em suas memórias que a Comissão Piana trabalhava em um tal sigilo que seu Ordo para o Sábado Santo de 1951 pegou mesmo a Congregação dos Ritos de surpresa, Bugnini deixou cair a seguinte pérola provocadora.

*A Comissão gozava de plena confiança do Papa, que era mantido a par do seu trabalho pelo Monsenhor Montini e mesmo em uma base semanal pelo Padre Bea, confessor de Pio XII. Graças a eles, a Comissão foi capaz de alcançar resultados importantes, mesmo durante períodos em que a doença do Papa detinha todos os demais de abordá-lo.*¹⁸

O período da doença de Pio XII mencionado aqui começou em janeiro de 1954, ele tinha se recuperado por agosto, mas por dezembro de 1954 estava tão enfermo de novo que seus doutores pensavam que ele estava à beira da morte. Foi durante esse período de tempo que Bugnini e seus aliados estavam preparando os novos ritos de Semana Santa de 1955. O Arcebispo Montini (depois Paulo VI) e Augustin Bea (depois um cardeal e ecumenista premier) provarão ser os mais fortes apoiadores de Bugnini quando os oficiais da Cúria mais tarde o tiverem demitido por ser um “iconoclasta” litúrgico.

Agora nós sabemos, com o benefício da retrospectiva, que aqueles homens estavam unidos para arruinar a Igreja. Mas se você for um Papa de 79 anos gravemente enfermo, que é um pouco crédulo, e seu confessor jesuíta de confiança lhe traz um documento para aprovar, dizendo-lhe que é ótimo porque foi todo montado por aquele liturgista jovem e esperto, Padre Bugnini, quais seriam as chances de você dizer não?

O NOVO CÓDIGO DE RUBRICAS (1960)

No curso de muitas décadas, liturgistas tinham repetidamente instado que todas as rubricas concernentes à Missa, ao Breviário e ao Calendário fossem consolidadas em um código unificado. Infelizmente, Bugnini e companhia agora assumiam a implementação dessa proposta, que de outro modo seria razoável e excelente. Eles se aproveitaram da ocasião para consolidar as primeiras quatro etapas de sua revolução

litúrgica em andamento e então introduzir um quinto estágio, como um condutor para o Vaticano II.

Quando João XXIII anunciou em 25 de janeiro de 1959 que ele convocaria um Concílio Ecumênico, uma questão naturalmente surgiu sobre o que deveria ser feito acerca do Novo Código de Rubricas, que já tinha estado em produção por vários anos. A Comissão, com a benção de João XXIII, seguiu adiante com a sua obra e produziu o Código de Rubricas do Breviário e do Missal Romano (25 de julho de 1960).⁵⁰ Isso resultou na impressão de um novo Breviário em 1961 e de um Novo Missal em 1962.

1. Mudanças adicionais.

O novo Código é longo, completo e bem organizado, e as rubricas são formuladas muito claramente. Infelizmente, ele codifica as supressões já introduzidas em 1955 e então adiciona mais de sua própria parte.

Também encontramos no Código de 1960 um “estilo” diferente de rubrica, um que é instrucional (e.g., falando sobre os “propósitos” das horas canônicas ou o papel da Missa na vida cristã),⁵¹ ou um que emprega a linguagem de opções “é melhor que...”, “é conveniente...”.⁵²

Na sua obra extremamente útil sobre as mudanças na Lei Litúrgica, o Padre Thomas Richstatte chama isso “os começos de um novo tipo de vocabulário nas rubricas”,⁵³ e é uma que nós veremos pregado por todo o Missal de Paulo VI. Ele também observa que o código contém a primeira referência direta que ele encontrou para a autoridade litúrgica das Conferências Regionais dos Bispos,⁵⁴ um conceito que aparece na Constituição do Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia e em muita legislação litúrgica pós-conciliar.

O Código de 1960 prescrevia um novo sistema de classificação para as festas do Calendário Litúrgico; ele é praticamente indistinguível do sistema empregado no Calendário de Paulo VI.⁵⁵ Dias de festa “redundantes” ou “não-históricos” são suprimidos: a Invenção da Santa Cruz, São João na Porta Latina, a Aparição de São Miguel, a Cátedra de São Pedro em Antioquia e as Correntes de São Pedro. A lista de festas e observâncias rebaixadas e abolidas é consideravelmente extensa.⁵⁶

O Ofício Divino foi notavelmente reduzido: somente breves vidas de santos são lidas; as leituras dos Padres da Igreja são reduzidas de seis para uma aos domingos e eliminadas completamente na maioria das festas dos Santos; recitar todo o saltério durante uma semana penitencial se torna impossível,⁵⁷ e há uma série de outras pequenas subtrações.

Para a Missa, as Orações ao Pé do Altar⁵⁸ e o Último Evangelho⁵⁹ são suprimidos em mais ocasiões. O Confiteor antes da comunhão é suprimido, como o é a benção no final da Missa, se uma outra ação litúrgica se segue.

E há uma outra nota ecumênica. Na Oração pela Conversão dos Judeus na Sexta-Feira Santa, as palavras “pérfidios” e “perfídia judaica” (*perfidis* e *judaicam perfidiam*) foram suprimidas.

2. Uma Preparação para o Concílio.

Longe de ser o ápice da tradição litúrgica do Rito Romano (como muitos parecem pensar), as rubricas, o Breviário e o Missal de 1960/2 são meramente um outro estágio temporário no desmantelamento gradual da Liturgia. Isso fica claro a partir do *Motu Proprio* de João XXIII, *Rubricarum Instructum*, que promulgou o Novo Código de Rubricas.

*Depois de longa e madura reflexão nós chegamos a conclusão de que os princípios mais fundamentais [Autiora Principia] que governam uma renovação litúrgica geral [Instaurationem] devem ser estabelecidos perante os Padres do próximo Concílio Ecumênico, mas que os melhoramentos das rubricas do Breviário e do Missal mencionado acima já não deveriam ser adiados.*⁶⁰

Seus “melhoramentos”, em outras palavras, são uma medida tapa-buraco feita para durar somente até que o Concílio estabelecesse os princípios fundamentais para mudar todas as coisas.

O caráter transitório das reformas de João XXIII fica também evidente a partir dos escritos de Carlo Braga, o principal autor do Código de Rubricas de 1960.⁶¹ Em um comentário sobre o Código de 1960, Braga diz que uma vez que os Padres do Concílio Ecumênico tratariam unicamente dos princípios gerais da renovação litúrgica,

*[tendo] o texto das rubricas já reduzido a uma forma mais simples e sistemática certamente tornará não poucas decisões dos Padres [do Concílio] muito mais fáceis.*⁶²

Em outras palavras, as rubricas foram simplificadas para tornar mais fácil para os Padres do Concílio matar o sistema inteiro. Porém, infelizmente:

*A presente obra de simplificação das rubricas, ademais, não foi empreendida com uma liberdade completa, de tal modo que permitisse construir um edifício completamente novo...*⁶³

*Tendo visto a necessidade de mudar todos os livros litúrgicos, uma vez que o Concílio tenha terminado, e para colocar suas decisões em efeito, pareceu oportuno não compelir todos os clérigos a já mudarem de livros agora.*⁶⁴

Novamente, as mudanças de João XXIII são vistas como nada mais que um expediente temporário até que todos os livros litúrgicos possam ser mudados depois do Concílio.

Então chegamos ao fim da quinta etapa para a Missa Nova, e descobrimos que, longe de ser o que o Arcebispo Lefebvre chamou La Messe de Toujours – a Missa de Sem-

pre –, a Missa de João XXIII era desde o princípio nada mais que a La Messe de Passage – designada para desaparecer uma vez que os reformadores tivessem preparado uma coisa inteiramente nova.

A cereja do bolo da quinta etapa viria em 13 de novembro de 1962, quando João XXIII, por impulso, adulterou o sacrossanto Cânon Romano pela inserção do nome de São José na lista dos santos. Isso foi uma ruptura radical com a tradição, porque a tradição litúrgica ditava que somente mártires podiam ser mencionados no Cânon e a Santa Sé tinha rejeitado essa proposta muitas vezes desde 1815.

Se você pode adulterar o Cânon, nada é intocável.

3. Precedentes estabelecidos 1948-1962.

Antes de tornar para a próxima etapa na criação da Missa Nova, vamos pausar para resumir os precedentes ou princípios que os reformadores estabeleceram até aqui:

- 1. A Liturgia deve seguir o princípio “pastoral”, isto é, ela deve ser acomodada às necessidades percebidas dos fiéis. Na prática, um sacerdote que conduz um rito litúrgico pode ter permissão para determinar o que é “pastoral” e o que não o é. Isso, notamos, é a primeira etapa para minar a noção de Liturgia como um ato de culto regulado antes e sobretudo pelas leis da Igreja Universal – o conceito de “doutrina, disciplina, cerimônias” enunciado por Pio XII na Mediator Dei.*
- 2. Línguas vernáculas podem ser usadas como parte integral da Liturgia, em vez de servirem meramente como adjuntas.*
- 3. O papel do sacerdote pode ser reduzido. Ele já não recita todos os textos da Missa Cantada, mas escuta passivamente enquanto outros leem esses textos. Para outras orações, a participação do sacerdote em um rito pode ser absorvida pela da congregação. Um comentário em vernáculo (mesmo dado por um leigo) pode ser transposto sobre as orações litúrgicas que o sacerdote recita em latim.*
- 4. A participação leiga deve ser idealmente vocal e deve se estender por toda a Missa, inclusive a partes da Missa historicamente reservadas a cantores treinados ou a um coro litúrgico (e.g., os Próprios, o Sanctus) e a partes da Missa historicamente recitadas somente pelo sacerdote e ministros sagrados (e.g., Orações ao Pé do Altar, Suscipiat, Pater Noster).*
- 5. Novos papéis litúrgicos podem ser introduzidos, tais como leitor e comentador na Missa Rezada.*
- 6. Orações e cerimônias podem ser mudadas para se acomodarem às “necessidades” modernas. Antigas cerimônias místicas podem ser suprimidas. Agora, cerimônias didáticas devem ser inventadas. Ritos litúrgicos devem ser abreviados. Orações longas devem ser encurtadas ou eliminadas. Lições adicionais da Escritura prescritas para certos dias litúrgicos podem ser omitidas.*
- 7. “Duplicações desnecessárias” de orações (tais como as múltiplas orações de bênção dos ramos no antigo rito da Semana Santa) devem ser eliminadas.*

8. *O próprio Ordo Missae não é sacrossanto e adições mais recentes podem ser omitidas, tais como as Orações ao Pé do Altar, o Último Evangelho e a Bênção.*
9. *O Credo Niceno não precisa ser recitado em algumas ocasiões solenes.*
10. *Quando a Escritura é proclamada o sacerdote “preside” passivamente da sedilia, enquanto que na Missa Solene de outrora o lugar do sacerdote era no altar.*
11. *Certas funções litúrgicas devem ser conduzidas “de frente para o povo”.*
12. *A ênfase na devoção dos santos deve ser reduzida pelo rebaixamento das classes de suas festas, redução das leituras do Breviário sobre eles, abolição das oitavas para suas festas e geralmente dando precedência ao Ciclo Temporal da Liturgia (Advento, Natal, Pentecostes etc.), em vez daquele dos Santos.*
13. *Textos ou práticas litúrgicas que possam ofender aos hereges, cismáticos ou judeus devem ser modificados.*
14. *Expressões litúrgicas de reverência ao Santíssimo Sacramento devem ser “simplificadas” ou reduzidas, inclusive decoração, adoração contínua, procissão solene e incensações.*
15. *Até mesmo o Cânon da Missa pode ser mudado.*

A CONSTITUIÇÃO DO VATICANO II SOBRE A LITURGIA (1963)

Se João XXIII não tivesse decidido convocar o Vaticano II, o processo de assediar o edifício da Liturgia Romana provavelmente teria continuado em um ritmo mais lento e eventualmente encontraria oposição – de fato, alguma oposição às reformas já tinha se desenvolvido.⁶⁵ Um Concílio Ecumênico, porém, apresentava aos reformadores uma oportunidade de acelerar dramaticamente o tempo do processo de mudança. E isso podia ser feito ganhando controle do processo de redação do Decreto sobre a Liturgia, que seria apresentado ao Concílio para a sua consideração.

Uma vez novamente, Bugnini estaria exatamente na posição certa para levar a Revolução adiante.

1. Preparando o esquema.

Em 6 de junho de 1960, o Prefeito para a Sagrada Congregação dos Ritos, Cardeal Gaetano Cicognani, foi apontado Presidente da Comissão Preparatória do Vaticano II. A tarefa da Comissão seria formular o esquema de uma Constituição sobre a Liturgia para a consideração do Concílio.

Em 11 de julho de 1960, Annibale Bugnini foi apontado secretário desta Comissão – novamente a posição-chave em qualquer departamento do Vaticano. O arquivista para a Comissão era o Padre Carlo Braga, que, além de escrever o Código de Rubricas de 1960, tinha sido coautor com Bugnini do comentário citado acima sobre a Nova Semana Santa.

A Comissão Preparatória sobre a Liturgia tinha 65 membros e consultores e 30 conselheiros, divididos em 13 subcomissões. Naturalmente, a “esquerda” do Movimento Litúrgico estava representada em peso. O chefe da subcomissão sobre a Missa

era Josef Jungmann – novamente, aquele da “teoria da corrupção” e do sonho de 1948 de uma Missa despojada.

A Comissão realizou três reuniões entre outono de 1960 e janeiro de 1962. Ela tinha uma enorme quantidade de material para considerar e lhe foi dado 5 meses para preparar os primeiros rascunhos. Bugnini coordenou todo o projeto e produziu um volume de 250 páginas.

Em 11/12 de outubro de 1961, Bugnini convocou uma reunião com 11 dos “representantes mais importantes da Comissão” a fim de considerar o primeiro capítulo do esquema sobre o qual quatro outros capítulos dependiam. Entre os presentes estava Bugnini, Braga, Jungmann, A.G. Martimort, C. Vagaggini (que escreveria um livro atacando o Cânon Romano) e H. Schmidt (que coletou todo o material para a criação da Semana Santa de 1955). A reunião foi mantida em segredo e, como registra Bugnini, levou a acusações de que “os progressistas” tinham tomado controle da preparação do esquema para a Constituição.⁶⁶

O texto revisado foi apresentado a uma reunião geral subsequente da Comissão Preparatória, e como resultado Bugnini a reduziu a 150 páginas. Em janeiro de 1962, a Comissão se reuniu por quatro dias para considerar mais revisões. Baseando-se nelas, Bugnini então redigiu o esquema final de 40 páginas da Constituição.

Mas, antes que o texto de Bugnini pudesse ser apresentado ao Concílio, ele tinha que receber a aprovação final do Cardeal Cicognani. Durante todo o processo de redação, palavras sobre a inclinação progressista da Comissão tinha circulado e provocado oposição. Os músicos da Igreja e membros da Cúria espalharam a mensagem de que a Comissão preparatória era a “inimiga número um do latim”. Os liberais (tais como os americanos Godfrey Diekmann e Frederick McManus) imploravam pelo vernáculo, enquanto Cicognani favorecia manter o latim.

Então, em 22 de janeiro de 1962, quando o texto do esquema foi apresentado a Cicognani, ele hesitou em assiná-lo e adiou. Bugnini diz:

“Se o Cardeal Cicognani não tivesse assinado a Constituição, o resultado, humanamente falando, teria sido um verdadeiro desastre. Tudo teria de ser discutido de novo”.⁶⁷

Mas apesar de certos receios, no dia primeiro de outubro de 1962, o Cardeal a assinou de qualquer maneira (é dito que o fez “com lágrimas nos olhos”), um ato que teria consequências terríveis para a Igreja. Quatro dias depois, o Cardeal morreria repentinamente, a assinatura do esquema de Bugnini foi o seu último ato oficial.

*Como o substituto de Cicognani na direção da Comissão Preparatória, João XXIII apontou o Cardeal Arcadio Larraona, um canonista com a reputação de ter visões conservadoras. Ele pensava que a Constituição Apostólica de João XXIII sobre o latim, *Veterum Sapientia*, fosse uma reprovação dos liturgistas que favoreciam a intro-*

dução do vernáculo na Liturgia. Larraona queria alterar o texto do esquema, e apontou um comitê secreto para este propósito. A tarefa foi confiada ao Padre Joseph Löw, que tinha sido um dos membros originais da Comissão Histórica apontada em 1948, mas que por esta época tinha se tornado um inimigo de Bugnini. Mas Löw morreu repentinamente em 23 de setembro de 1962, um evento que Bugnini diz ter “confundido a oposição”.⁶⁸

2. Aprovada pelo Concílio.

Em 20 de outubro de 1962, uma vez que o Concílio tinha se reunido, o Cardeal Larraona apontou uma nova Comissão Conciliar sobre a Liturgia. Deliberadamente, ele demitiu Bugnini e recusou apontá-lo para a Comissão Conciliar. Além disso, ele fez com que Bugnini fosse demitido de sua posição como Professor de Liturgia na Pontifícia Universidade Lateranense, e quase fez com que fosse removido de seu trabalho na Pontifícia Universidade Urbaniana. A base para essas demissões, de acordo com Bugnini, era a acusação de que ele era um “‘progressista’, ‘um fanático’ e ‘um iconoclasta.’”⁶⁹ Bea e Montini, antigos aliados de Bugnini nos anos 50, que tiveram papéis-chave na obtenção da aprovação de Pio XII das mudanças pré-Vaticano II, agora eram cardeais e tentaram desfazer o dano, mas sem sucesso, ao menos no momento.

Mas enquanto Bugnini diminuía, a sua obra continuava. A Constituição sobre a Sagrada Liturgia que ele tinha escrito recebeu a aprovação inicial do Concílio em 14 de novembro de 1962. (A questão de permitir o vernáculo para partes da Missa, no entanto, foi ardentemente debatida.) Várias emendas e mudanças ao texto foram aprovadas em 1963, durante as quais João XXIII morreu.

O Cardeal Montini foi eleito pelo conclave e tomou o nome de Paulo VI. Em 22 de novembro de 1963, o Vaticano II deu à Constituição sobre a Sagrada Liturgia sua aprovação final (2147 a favor, 4 contra) e Paulo VI a promulgou em 4 de dezembro de 1963.⁷⁰

3. Comentários à Constituição.

A Constituição do Vaticano II *Sacrosanctum Concilium* sobre Sagrada Liturgia contém muita terminologia ortodoxa e recomenda uma série de coisas louváveis. Adotou uma linguagem anestésica a fim de tranquilizar os Padres conciliares que estavam indispostos diante do prospecto de mudanças litúrgicas radicais.

Assim encontramos afirmações tais como as seguintes: “Por isso, ninguém mais, mesmo que seja sacerdote, ouse, por sua iniciativa, acrescentar, suprimir ou mudar seja o que for em matéria litúrgica...”; “não se introduzam inovações, a não ser que uma utilidade autêntica e certa da Igreja o exija...”; “as novas formas como que surjam a partir das já existentes...”; isso, porém, nada mais era que a camuflagem que os modernistas utilizaram para pôr o seu programa revolucionário em execução.

De fato, a esquerda e a direita litúrgica da Igreja pós-conciliar levará décadas disputando sobre a linguagem dupla da Constituição, a fim de demonstrar “o que o Vaticano II realmente quis” para a Missa – vernáculo ou o latim, adaptação ou tradição, de frente pro povo ou de frente para o “Oriente”, formas de música moderna ou o gregoriano, paredes vazias ou estátuas e assim por diante. Mas essa é uma discussão em que nenhum lado pode vencer – porque ela lida com declarações que são, elas mesmas, ambíguas ou equívocas, vertidas em uma linguagem de “mas” e “por um lado/por outro”. Então:

- *“Conservar a sã tradição, mas abrir um caminho legítimo a um progresso”.*
- *O latim deve ser preservado, mas a língua pátria é “frequentemente de grande vantagem”, de modo que seus limites “podem ser estendidos”, ou pode lhe ser dado um lugar “adequado”.*
- *Os clérigos “devem reter a linguagem latina” no Ofício Divino, mas o Ordinário pode conceder uma dispensa a essa regra.*
- *Formas tradicionais de música devem ser retidas, mas novas formas e tradições musicais de várias partes do mundo podem ser admitidas.*
- *As tradições da arte sacra devem ser preservadas e as sagradas imagens devem ser mantidas, mas deve haver cautela quanto ao seu número e proeminência, de modo que elas “não causem confusão”.*

Tanto o parecer de Bugnini sobre esta linguagem, quanto aquele do liturgista conservador Monsenhor Klaus Gamber, são simultaneamente “corretos” e “incorretos”, porque o texto pode significar qualquer coisa.

A Constituição prescreve uma revisão de todos os ritos litúrgicos da Igreja: Batismo, Confirmação, Penitência, Extrema-Unção, Santas Ordens, Matrimônio, Exéquias e o Breviário. Os livros litúrgicos devem ser revisados o mais breve “possível” (§25). E o povo deve tomar parte em todos esses ritos por “aclamações, respostas e salmodia” (§30).

Os ritos devem ser marcados por uma “nobre simplicidade”, breve, clara, dentro da capacidade de compreensão do povo e despojado de “repetições inúteis” (§34). Permissão para “breves comentários” durante um rito deve ser concedida (§35.3). Certa “adaptação à cultura dos povos particulares” é “permitida” (§§37-40).

De novo, quem é que vai dizer quando a simplicidade é “nobre”, quando um rito é claro, quando uma repetição é “inútil”, quando os comentários são suficientemente breves ou qual o nível de “adaptação” é “permissível”?

O capítulo segundo da Constituição contém as passagens que pertencem especificamente à Missa. O ponto fatal é o §50: o Ordo da Missa deve ser revisado de tal modo a (1) manifestar mais claramente a natureza de suas partes, (2) “obter a devota participação ativa dos fiéis”, (3) simplificar os ritos, “mas preservar a sua substância”, (4) descartar duplicações “acrescentadas com pouco proveito” e (5) restau-

rar os elementos perdidos pelos “acidentes da história” ao “vigor que eles tinham na tradição dos Padres”.

Os princípios estabelecidos neste parágrafo são tão amplos e equívocos que eles poderiam e seriam usados para justificar praticamente qualquer mudança que se seguiria na Missa.

4. A obra da Consilium.

Quando a Constituição foi promulgada, o homem que a tinha escrito estava ainda observando as coisas de fora.

Em 3 de janeiro de 1964, porém, Bugnini foi chamado à Secretaria de Estado Papal. Ali ele foi informado que seu velho amigo e apoiador, Montini, agora Paulo VI, tinha-o apontado como secretário de uma nova Comissão: “Consilium ad exsequendam Constitutionem de Sacra Liturgia” (Comissão para a Implementação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia).

A raposa estava de volta ao galinheiro.

Como Presidente da Consilium, como o departamento veio a ser chamado, Paulo VI apontou Cardeal Giacomo Lercaro, conhecido em alguns círculos como “o Bispo Vermelho de Bologna”. Lercaro, um membro da ala esquerda do Movimento Litúrgico, aderiu à teoria da corrupção de Jungmann e defendia reestruturar a Liturgia para alcançar fins “pastorais”.⁷¹ E quando Bugnini tinha sido demitido em 1962, por ser um “iconoclasta”, Lercaro, juntamente com Bea e Montini, tentou protegê-lo. Por isso, seu apontamento era um perfeito complemento àquele de Bugnini.

Normalmente, o trabalho de preparar modificações para os ritos litúrgicos da Igreja competiria à Sagrada Congregação dos Ritos. Mas, uma vez que os conservadores que se opunham ao programa modernista controlavam a Congregação, Paulo VI extrapolou-a inteiramente pela criação da Consilium. Essa entidade tirava seus componentes de todo o mundo, contando com 50 prelados como membros, 150 liturgistas como consultores e ainda outros como conselheiros.⁷² Por meio de uma carta da Secretaria de Estado de 29 de fevereiro de 1964, Paulo VI deu poderes de longo alcance à Consilium. Ela era responsável por propor os nomes daqueles que estudariam e preparariam as reformas litúrgicas, supervisionar e coordenar seu trabalho, preparar a primeira instrução sobre a execução da Reforma Litúrgica, aplicar a Constituição sobre a Sagrada Liturgia de acordo com a letra e o espírito do Vaticano II e resolver quaisquer questões que surgissem.⁷³

Finalmente, a carta deixava claro que a Consilium deveria responder em última instância somente a Paulo VI:

Apelos de decisões... como também a solução de problemas particularmente delicados e graves ou completamente novos será referida pela Consilium ao Papa.⁷³

Isso protegia as forças da revolução litúrgica de colaboradores possivelmente menos esclarecidos oriundos da Congregação dos Ritos. Com sua independência assim garantida, a Consilium pôs-se à tarefa de revisar completamente todo e cada rito litúrgico da Igreja Católica.

Teoricamente, a autoridade na Consilium repousava no Cardeal Presidente e em seus membros. Contudo, uma vez que esses eram prelados de alto escalão de todas as partes do mundo, eles se reuniam somente com pouca frequência. O verdadeiro trabalho do dia a dia de formular os novos ritos era feito pelos consultores, que eram divididos em subcomitês que eram chamados “Grupos de Estudo”, de acordo com suas áreas de especialização. Em suas extensas memórias, La Riforma Liturgica, Bugnini lista os membros de cada grupo, assim é possível aprender qual liturgista operava em que parte da Reforma e então consultar seus escritos para ganhar mais entendimento sobre a Reforma.⁷⁴

Em agosto de 1966, um outro movimento entraria para a história da Consilium, quando o Vaticano aprovaria o apontamento de seis ministros protestantes para a Consilium como “observadores”.⁷⁵ Uma vez que a Missa Nova apareceu finalmente em 1969, os críticos conservadores viram isso como a prova da influência protestante sobre a reforma da Missa. Bugnini e outros certamente negaram que os protestantes tiveram qualquer papel. Mas em 1967, antes que a controvérsia estourasse, Monsenhor (depois Cardeal) William Baum, então diretor executivo da Comissão dos Bispos Católicos da América sobre Assuntos Ecumênicos, disse sobre os protestantes:

“Eles não estão ali simplesmente como observadores, mas como consultores também, e eles participam plenamente nas discussões sobre a renovação litúrgica católica. Não significaria muita coisa se eles apenas escutassem, mas eles contribuíram”.⁷⁶

Mas, como veremos no capítulo 5, a participação dos protestantes professos na reforma uniria o útil ao agradável. Graças a Bouyer, a teologia por trás do Novo Ordo da Missa se mostrará aquela do luterano sueco, Yngve Brilioth.

5. O Grande Arquiteto da Missa Nova.

Como secretário da Consilium, Bugnini estava uma vez novamente no assento de piloto para dirigir o curso das reformas litúrgicas. O secretariado (ou escritório central) da Consilium consistia em apenas três pessoas durante o seu primeiro ano: Bugnini, Braga e o Padre Gottardo Pasqualetti.

No começo de 1965, menos de 6 meses depois que as primeiras séries de mudanças tinham sido introduzidas na Missa, Bugnini ousadamente anunciou um dos principais objetivos dos reformadores: extirpar da Liturgia católica do que quer que impedisse o ecumenismo.

O amor pelas almas e o desejo de facilitar de todo modo o caminho da união com os irmãos separados levou a Igreja a fazer esses sacrifícios penosos, removendo qual-

*quer pedra de tropeço que pudesse, mesmo de leve, apresentar um obstáculo ou ser um motivo de desconforto.*⁷⁷

O papel de Bugnini até agora tem sido notável: nos anos 40, ele planeja a revolução litúrgica com seus companheiros modernistas do Movimento Litúrgico. Nos anos 50, pela sua posição de influência na Comissão Piana, gradualmente introduz alguns elementos do programa modernista. Em 1960-1, reúne as propostas para a Constituição do Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia. Em 1962, escreve o esquema da Constituição sobre a Sagrada Liturgia. De 1964 em diante, dirige a Comissão que interpreta a Constituição, escolhe aqueles que o vão ajudar e implementa a Constituição que escreveu para a criação dos novos ritos. Depois da criação da Missa Nova, vai dirigir a Congregação Vaticana do Culto Divino.

Bugnini vai de bem para melhor até 1975, quando será sumariamente removido sem qualquer explicação oficial. Naquele tempo, histórias circulavam na imprensa tradicionalista de que ele tinha sido desmascarado como um cripto-maçom. Bugnini denunciou isso como uma calúnia, e a imprensa oficial a dispensou como uma típica paranoia de teoria da conspiração. 30 anos depois, no entanto, a história agora parece ser aceita como verdadeira, e oficiais do Vaticano fazem saber que a questão de fato era a pertença à maçonaria: “é certo”, um deles disse, “ao menos, tão certo quanto qualquer coisa pode ser neste mundo.”⁷⁸

Seja como for, com a promulgação da Constituição do Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia e a instalação de Bugnini por Paulo VI como o homem-chave que a implementará, completamos a sexta etapa da criação da Missa Nova. E agora a revolução realmente começa a ganhar impulso.

AS MUDANÇAS NO ORDO DA MISSA (1964)

*Em setembro de 1964, a Consilium publicou seu primeiro grande documento para a implementação da Constituição sobre a Liturgia, a Instrução Inter Oecumenici.*⁷⁹

Essa Instrução introduziu muitas práticas pela Missa que a legislação de 1951-52 já tinha permitido ou prescrito, de um modo ou de outro, e instituiu algumas novas práticas também.

A lista de mudanças é consideravelmente extensa: o celebrante não lê os textos cantados ou lidos pelo coro, povo, leitores ou outros ministros. O Salmo 42 é omitido das Orações ao Pé do Altar e todas aquelas orações são omitidas onde quer que um outro rito preceda a Missa. As leituras sempre devem ser proclamadas de frente para o povo e um ambão pode ser usado. A Oração dos Fiéis é introduzida. A patena é deixada sobre o altar na Missa Solene. A Secreta é dita em voz alta. A última oração do Cânon, o Per ipsum, deve ser dita ou cantada em voz alta. Todos devem recitar o Pai-Nosso com o celebrante, até mesmo no vernáculo. A fórmula para a comunhão é mudada para: “Corpus Christi”, “Amem”. O Último Evangelho é omitido e as Orações Leoninas suprimidas.

O vernáculo agora poderia ser amplamente utilizado, mesmo para as próprias orações litúrgicas. A Instrução de 1964 permitia o vernáculo para todas as leituras; a Oração dos Fiéis; o Kyrie, o Gloria, o Credo, o Sanctus e o Agnus Dei; aclamações, saudações e formulários de diálogo; as fórmulas de comunhão; o Pai-Nosso e a oração que se segue.

A Instrução prescrevia que o altar deveria ser afastado da parede para permitir a celebração de frente para o povo. A Eucaristia pode ser reservada ou guardada no altar principal ou em um altar menor, mas “verdadeiramente digno”, ou em uma outra “parte da igreja especial, propriamente adornada”.

MISSA DE FRENTE PARA O POVO (1965)

Em janeiro de 1965, a Consilium publicou o Decreto Nuper Edita, que incorporou as mudanças mencionadas acima nas rubricas do Ordo da Missa.⁸⁰ O Decreto acrescentava duas mudanças mais: (1) A Missa de frente para o povo era explicitamente permitida. (2) O sacerdote não deve conduzir a Liturgia da Palavra do Altar, mas de uma cadeira presidencial.

MAIS MUDANÇAS NO RITO (1967)

A Consilium publicou uma segunda Instrução implementando a Constituição sobre a Sagrada Liturgia, Tres Abhinc Annos, em maio de 1967.⁸¹ Esta estabelecia uma nova ordem semanal de leituras da Escritura e abolia todas as comemorações, ambas mudanças eram objetivos de longa data do Movimento Litúrgico.

A Instrução também introduziu mais mudanças no antigo Ordo da Missa para o alinhar com o Novo Ordo da Missa, que já estava em seus estágios finais de preparação.

Assim a segunda Instrução reduzia ou eliminava muitos dos gestos rituais do sacerdote: genuflexões, beijos do altar, sinais da cruz, inclinações de cabeça, manter o polegar e o indicador unidos da Consagração até depois da Comunhão. A Hóstia devia ser deixada sobre a patena no Ofertório em vez de ser colocada sobre o altar. A distinção entre a comunhão do sacerdote e a comunhão do povo foi abolida. Depois da comunhão, a congregação deveria observar um período de meditação silenciosa ou cantar um canto de louvor. A Bênção foi posta antes do Ite Missa Est e o Placeat ficou opcional.

O manípulo já não era requerido, nem era preta a cor para as Missas de Requiem.

Finalmente, havia o Cânon. De agora em diante, ele deveria ser dito em voz alta, ou até mesmo cantado. E a recitação do Cânon no vernáculo foi permitida, uma estrondosa inovação naquele tempo.

NOVAS ORAÇÕES EUCARÍSTICAS (1968)

Algo ainda mais estrondoso ocorreria em 23 de maio de 1968, quando Paulo VI promulgou três novas Orações Eucarísticas. Estas poderiam ser usadas desde então no lugar do venerável Cânon Romano.

O NOVO ORDO DA MISSA (1969)

Enquanto o processo de colocar a Missa Tridentina em vernáculo e despojá-la de suas partes acelerava durante os anos 1964-8, a Consilium estava simultaneamente engajada na criação do rito que a substituiria.

A revisão da Missa do Rito Romano era um empreendimento vasto. Bugnini dividiu o trabalho sobre o projeto em sete categorias e designou cada qual para um Grupo de Estudo composto de membros que eram considerados peritos nos assuntos que iriam examinar (orações, cantos, leituras da Escritura etc.).

A questão mais importante era a forma e estrutura do Ordo Missae revisado (o Ordinário da Missa), porque isso também afetaria algumas das partes variáveis da Missa em revisão.

Bugnini designou o projeto de formulação do novo Ordo Missae ao Grupo de Estudo 10. O corpo de membros inicial, apontado em 1964, consistia de Mons. J. Wagner (presidente), A. Hänggi (secretário), J.A. Jungmann, M. Righetti, T. Schnitzler, P. Jounel, C. Vagaggini e P.-M. Gy. Em 1967, juntaram-se a eles L. Bouyer, L. Agustoni, J. Gelineau e M. Patino.⁸²

Alguns desse nomes certamente já nos são familiares. O presidente, Mons. Wagner, já nos falou de sua participação na reunião “à portas fechadas” de 1949 (em suas palavras), na qual Jungmann delineava o seu “sonho do coração” para uma Missa vernácula despojada.⁸³

O Grupo de Estudo 10 começou seu trabalho em abril de 1964 tomando como sua norma o parágrafo 50 da Constituição sobre a Liturgia (escrita, sem dúvida, por Bugnini) –, segundo o qual o Ordo da Missa deveria ser revisado a fim de “manifestar a natureza de suas partes”, alcançar a participação ativa, simplificar os ritos, descartar duplicações, restaurar elementos perdidos e seguir “a norma primitiva dos Padres”.

O primeiro fruto do trabalho do grupo foi a assim chamada Missa Normativa – que os membros do grupo de estudo entendiam como uma forma normal de Missa paroquial, com um sacerdote, coroinha, congregação, leitor, coro/cantor. Em essência, isso era o que agora conhecemos como Novus Ordo Missae, a Missa Nova ou a Missa de Paulo VI.

Esse rito foi usado pela primeira vez em 20 de outubro de 1965, como uma demonstração ou experimento para os membros do Grupo de Estudo 10. Bugnini mesmo a celebrou.⁸⁴

Durante o curso do Sínodo de Bispos em outubro de 1967, a Missa Normativa foi celebrada na Capela Sistina a fim de estimar as reações dos Bispos presentes. O próprio Paulo VI estava enfermo naquele tempo e assim foi incapaz de assisti-la. A maioria das reações dos Padres parece ter sido favorável.⁸⁵ Alguns membros da Cúria manifestaram sua oposição, mas essas objeções parecem ter tido pouco efeito.

Uma vez que Paulo VI recuperou sua saúde, Bugnini arranhou que a Missa Normativa fosse celebrada em 3 dias sucessivos (11-13 de janeiro de 1968) na Capela Matilde do Palácio Apostólico. Mais tarde, um pequeno grupo que incluía um punhado de leigos apresentou suas impressões sobre o rito à Paulo VI. Por todo o ano de 1967 e maior parte de 1968, várias propostas e contrapropostas sobre detalhes da Missa Normativa circularam entre a Consilium, Paulo VI e outras agências da Cúria.⁸⁶ Finalmente, depois de uma reunião privada realizada na noite de 6 de novembro de 1968, Paulo VI escreveu de seu próprio punho sobre o livreto contendo o Novo Ordo da Missa: “Eu aprovo em nome do Senhor. Paulo VI, Papa”.

Embora isso tenha estabelecido a forma do Ordinário da Missa revisado, os outros grupos de estudo não tinham ainda completado o trabalho sobre os Próprios, que também deveriam ser totalmente revisados. Então, o “Missal” de Paulo VI, em vez de compreender um livro com todos os elementos constitutivos da Missa, tinha que ser publicado em partes.

O Calendário revisado, a nova ordem das leituras da Escritura e o Novus Ordo Missae apareceram primeiro.

Em 3 de abril de 1969, com sua Constituição Apostólica Missale Romanum, Paulo VI finalmente promulgou seu Novus Ordo Missae, juntamente com um documento preliminar intitulado Instrução Geral sobre o Missal Romano. Eles foram publicados pela imprensa vaticana em um livro de brochura de 171 páginas. O Missal completo, com todas as orações e uma Instrução Geral revisada seria publicado em 1970.

RESUMO

- O Novo Ordo da Missa promulgado por Paulo VI em 1969 foi um longo processo de mudança litúrgica, que começou em 1948 com o apontamento da Comissão Piana da Reforma.
- Annibale Bugnini, que secretamente apoiava as propostas de reforma da “ala esquerda” do Movimento Litúrgico, dirigiu o trabalho da Comissão e por duas décadas supervisionou o processo que criou a Missa Nova. Em 1975, ele foi repentinamente removido do seu posto no Vaticano. O fundamento para essa demissão foi sua alegada pertença à maçonaria, um fato agora considerado como “certo” no Vaticano.
- Em uma reunião secreta, em 1948, Jungmann delineia seu “sonho do coração” para a Reforma da Missa; este seria implementado no Novus Ordo Missae de 1969; Jungmann se tornou um consultor da Comissão Piana da Reforma.

- *A Vigília Pascal experimental de 1951 foi, disse Bugnini, “a primeira etapa para uma Reforma Litúrgica geral.” Ela introduziu princípios e práticas que seriam finalmente implementadas compulsoriamente 18 anos depois, na Missa de Paulo VI.*
- *A Simplificação das Rubricas de 1955, disse Bugnini naquele tempo, representou uma “reviravolta” para a Liturgia, o “segundo” estágio da reforma, “uma ponte para o futuro”, para tornar a Liturgia “uma nova cidade para que o homem de nossa época possa viver e se sentir à vontade.” Aos que estavam dispostos a uma “renovação” mais plena, Bugnini instava que “mantivessem seus olhos abertos”, porque a Reforma Litúrgica havia de requerer a “colaboração esclarecida de todas as forças ativas.”*
- *O Novo Ordo Renovado para a Semana Santa de 1955 introduziu uma outra série de mudanças que seria permanentemente incorporada na Missa Nova. Os novos ritos de Semana Santa, disse Bugnini em 1956, representaram a “terceira etapa para uma Reforma Litúrgica geral.”*
- *A Instrução sobre Música Sacra de 1958 permitiu ainda mais práticas que seriam incorporadas no Novus Ordo: a recitação pelo povo do Ordinário e Próprio da Missa juntamente com o sacerdote, maior uso do vernáculo, leitores e comentadores leigos e Salmo Responsorial.*
- *O Código de Rubricas de 1960, promulgado por João XXIII juntamente com o Breviário e o Missal (1962), que o acompanham, foram somente medidas temporárias: porque “a necessidade de mudar todos os livros litúrgicos, uma vez que o Concílio tenha terminado, e para colocar suas decisões em efeito, pareceu oportuno não compelir todos os clérigos a já mudarem de livros agora.”*
- *As reformas litúrgicas introduzidas antes do Vaticano II nos anos 1948-62, em particular os ritos de Semana Santa de 1955, estabeleceram numerosos precedentes para as práticas e princípios que seriam implementados compulsoriamente na Missa de Paulo VI: o vernáculo como uma parte integrante da Liturgia, a redução do papel do sacerdote, a participação vocal dos leigos, os novos papéis litúrgicos, a mudança de orações e cerimônias para se acomodar às “necessidades” modernas, omissão de “duplicações”, omissão de partes do Ordo Missae, prescrição de cerimônias de “frente para o povo”, diminuição de ênfase nos santos, mudança dos textos por razões ecumênicas, simplificação de expressões de reverência para com o Santíssimo Sacramento e, finalmente, até mesmo mudança no Cânon.*
- *Annibale Bugnini, auxiliado por Josef Jungmann, foi o principal autor da Constituição do Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia de 1963. Enquanto a Constituição contém muita terminologia ortodoxa e recomenda algumas coisas louváveis, seus criadores deliberadamente a temperaram com declarações ambíguas ou equívocas (isto, sim – “mas” aquilo também; “por um lado/por outro” etc.) que mais tarde poderiam ser usadas para a implementação de mudanças radicais. Por isso, ambas as interpretações do documento, tanto a conservadora quanto a progressista, são simultaneamente corretas e incorretas.*

- *Para a Missa, o parágrafo fatal da Constituição sobre a Liturgia era o §50. Os princípios ali estabelecidos são tão amplos que eles poderiam ser usadas para justificar praticamente qualquer mudança.*
- *A fim de evitar os conservadores da Cúria Romana, Paulo VI criou uma nova agência para implementar as mudanças litúrgicas, a Consilium, e colocou Bugnini como responsável por sua operação.*
- *Durante os anos de 1964-8, a Consilium implementou duas séries de mudanças de íterim no Ordo da Missa Tridentina, supervisionou a introdução do vernáculo na Missa, permitiu a Missa de frente para o povo e introduziu três novas Orações Eucarísticas como alternativas ao Cânon Romano.*
- *Ao mesmo tempo, um subcomitê da Consilium, o Grupo de Estudo 10, estava trabalhando para reformar o Novo Ordo da Missa. O grupo consistia de 12 membros, dentre eles certamente estavam Josef Jungmann e Louis Boyer.*
- *A Consilium foi auxiliada em seu trabalho por seis observadores protestantes.*
- *Depois de várias celebrações experimentais do rito proposto pelo Grupo de Estudo, ao Sínodo dos Bispos e ao próprio Paulo VI, este último privadamente aprovou o Novo Ordo da Missa em 6 de novembro de 1968.*
- *Em 3 de abril de 1969, pela Constituição Apostólica Missale Romanum, Paulo VI promulgou seu Novus Ordo Missae, juntamente com um documento preliminar intitulado Instrução Geral sobre o Missal Romano. O Missal completo, com todas as orações e a Instrução Geral revisada, seria publicado em 1970.*

Assim, em 1970 chegamos à última etapa do processo gradual iniciado em 1948 – a destruição completa e final da Missa do Rito Romano.

Notas

1. *Constituição Apostólica Missale Romanum, 3 de abril de 1969, DOL 1357. ↩*
2. *Citado em Bonnetterre, 52. ↩*
3. *Johannes Wagner, “Zur Reform des Ordo Missae: Zwei Dokumente”, LO, 263-4. ↩*
4. *RL, 23. ↩ ↩*
5. *Wagner, LO, 264. “Daß eine liturgiegeschichtliche Stunde geschlagen hatte, die nicht verpaßt werden durfte.” Depois do Vaticano II, Bugnini apontaria tanto Wagner quanto Jungmann para o Grupo de Estudo 10 da Consilium, o pequeno subcomitê diretamente responsável pela criação do Novus Ordo Missae. ↩*
6. *“Zur Reform”, LO, 264. “In aller Stille... seine Gedanken für eine mögliche Meßreform der Kommission zur Diskussion vorzulegen.” ↩*
7. *Confira “Zur Reform”, LO, 265-6. ↩*
8. *RL, 21. Em 1951, o Arcebispo Enrico Dante foi acrescentado como representante da Sagrada Congregação dos Ritos. Em 1960, outros quatro foram acres-*

centados: Monsenhores Pietro Frutaz e Cesario D'Amato; Padres Luigi Rovigatti e Carlo Braga. Braga era um membro da mesma Ordem que Bugnini, e aparentemente servia como seu assistente em período integral na Comissão Piana, mesmo antes que fosse oficialmente apontado. Ele também serviu a Bugnini nesta capacidade na Comissão Preparatória para o Vaticano II e depois no Secretariado da Consilium. ↩

9. *Sagrada Congregação dos Ritos (Seção Histórica). Memoria sulla Riforma Liturgica (Vaticano: Poliglota 1948), reimpresso com suplementos (Roma: CLV 2003* ↩

10. *Para uma visão geral em inglês, vide Reid 150-64.* ↩

11. *"Zur Reform", LO,264. Diese Desiderate wurden von der Ritenkongregation, insbesondere von P.Löw, begrüßt.* ↩

12. *Memoria, 59. "Come un problema acuto e grave, che richiede assolutamente una qualche soluzione."* ↩

13. *Memoria, 253.* ↩

14. *Memoria, 305. "struttura interna della Messa stessa." ênfase do autor.* ↩

15. *Organic Development, 161.* ↩

16. *Memoria, 305. "stimiamo opportuno romandare la trattazione particolareggiata del Messale e della Messa in un secondo tempo di lavoro della Commissione."* ↩

17. *Reid, 161.* ↩

18. *RL, 22.* ↩ ↩

19. *RL, 22n. Embora o jesuíta Bea não fosse um liturgista, ele de fato apoiou a Reforma, como veremos.* ↩

20. *RL, 25. "Colse di sorpresa gli stessi ufficiali della Congregazione dei Riti."* ↩

21. *Vide Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos Dominicae Resurrectionis Vigiliam, 9 de Fevereiro 1951, AAS 43 (1951), 128-9.* ↩

22. *Para uma comparação dos antigos e novos ritos da vigília em formato de coluna paralela, vide Herman Schmidt, Hebdomada Sancta (Roma: Herder 1956) 1:18ss.* ↩

23. *Um ano, nós planejamos ter uma ordenação sacerdotal conferida durante nossa Vigília Pascal. A vigília durou seis horas e uns quinze minutos; se a tonsura, as quatro ordens menores, o subdiaconato e o diaconato também tivessem sido conferidos, não há como dizer quanto tempo isso teria tomado.* ↩

24. *A. Bugnini e C. Braga, Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus: Commentarium (Roma: edizione Liturgiche 1956), 5* ↩

25. *Citado em Reid, 179.* ↩
26. *Sagrada Congregação dos Ritos, Decreto Cum Nostra Hac Aetate, 23 de março de 1955, AAS 47 (1955), 218-24.* ↩
27. *Festas semi-duplas se tornaram simples, e a classe de semi-dupla foi suprimida* ↩
28. *De semi-dupla para dupla.* ↩
29. *Paters, Aves e Credos antes. As preces (com duas exceções), o sufrágio dos santos, a comemoração da Cruz durante a antífona de Nossa Senhora, exceto depois de Completas.* ↩
30. *Simplification of the Rubrics (Collegeville MN: Doyle and Finegan 1955), 18.* ↩
31. *Simplification of the Rubrics, 22. Grifo meu.* ↩
32. *Ibid. 21-2.* ↩
33. *Ibid. 19.* ↩
34. *Ibid. 21. Grifo meu.* ↩
35. *In Novum Codicem Rubricarum, 2ª Edição. (Roma: Edizioni Liturgiche 1960), 211. "Extitit ergo quasi praeludium quoddam ad generalem instaurationem, quae iam parabatur, et cuius principia quaedam in praxim tunc reducta fuerunt."* ↩
36. *Sagrada Congregação dos Ritos, Decreto Maxima Redemptionis, 16 de novembro 1955, AAS 47 (1955), 838-41.* ↩
37. *Para uma comparação lado a lado dos ritos de Semana Santa tradicionais e aqueles da reforma de 1955, vide: Schimidt, Hebdomada Sancta, volume 1.* ↩
38. *O Papa São Pio V estabeleceu o requerimento de que o sacerdote recite todas as leituras da Escritura.* ↩
39. *Os ritos de 1955 introduziram textos especiais para a Missa do Crisma na qual o Bispo consagra os santos óleos para o ano. As novas rubricas prescrevem que o Credo e Último Evangelho sejam omitidos dessa Missa.* ↩
40. *A. Bugnini e C. Braga, Ordo Hebdomadae Sanctae Instaurationis Commentarium (Roma: Edizioni Liturgiche 1956), 4. "Decretum 'Maxima redemptionis nostrae mysterium,' die 16 novembris 1955 a S.C. Rituum promulgatum, tertius est gressus erga instaurationem liturgicam generalem; primus est solemnis vigilia paschalis (a. 1951); secundus, rubricae simplicatae (1955); tertius, Ordo hebdomadae sanctae."* ↩
41. *Sagrada Congregação dos Ritos, Instrução De Musica Sacra, 3 de setembro de 1958, AAS 50 (1958), 630-3.* ↩

42. *Sacerdotes simultaneamente celebrando Missas em múltiplos altares na mesma igreja, e recitando as orações juntos entre si.* ↩

43. §31. ↩

44. §14. ↩ ↩

45. §26. ↩

46. §46. ↩

47. *Vide Alfred C. Longley e Frederick R. Mcmanus, That They May Share: A Mass Commentary (New York: Benziger 1960). Eu desafio qualquer sacerdote que celebra a Missa Tridentina e que é cético sobre minhas colocações de que as mudanças litúrgicas instituídas sob Pio XII foram um ensaio para as mudanças do Vaticano II a utilizar Longley e McManus nas suas Missas Dominicais ordinárias servilmente por um mês. Você vai deixar sua capela antes que o seu comentador leigo de “bom caráter” (confira Instrução §96) possa dizer: “a santa assembleia do povo de Deus agora começa seu culto com o canto...” (Longley, 1).* ↩

48. *Jungmann, certamente, era um cérebro privilegiado se já houve um, e é dito que Pio XII guardava uma cópia do Missarum Sollemnia de Jungmann na sua mesa. (Vide Day 91.) O jesuíta Pierre Teilhard de Chardin, silenciado por modernismo pelo Santo Ofício em 1925, também era considerado como um intelecto brilhante. De acordo com o professor Bernard Faÿ, isto levou Pio XII à conduzir uma correspondência privada com Teilhard em uma tentativa de “convertê-lo”.* ↩

49. *Gerard Ellard, citado em Joanne Pierce, “Pope Pius XII and Pre-Conciliar Liturgical Reforms”, em Tuzik, ed., How Firm... Leaders, 275.* ↩

50. *Sagrada Congregação dos Ritos, Decreto Novum Rubricarum, 26 de julho de 1960, AAS 52 (1960), 596-729.* ↩

51. *Vide §§ 142, 145, 147, 270.* ↩

52. *Vide §§ 142, 147.* ↩

53. *Richstatter, 52.* ↩

54. *Em §117. Ibid. 53.* ↩

55. *No Código de João XXIII, as festas são classificadas como de primeira a quarta classe. No sistema de Paulo VI, as festas são classificadas como Solenidades, Festas, Memórias e Memórias Opcionais.* ↩

56. *Vide Daniel L. Dollan, “The Pius X and John XXIII Missals Compared”, <http://www.traditionalmass.org/articles/article.php?id=18&catname=6>.* ↩

57. *Para acomodar o Salmo 50 em dias penitenciais, o Breviário antigo transfere o primeiro salmo de Laudes para Prima, onde ele é retomado depois dos*

primeiros três salmos. Isso foi feito a fim de chegar o mais próximo possível do ideal de recitar todos os 150 salmos no curso de uma semana. ↩

58. *Missa da Purificação, Quarta-Feira de Cinzas, Dias de Rogativas e para certas consagrações no Pontifical.* ↩

59. *Qualquer Missa com a procissão seguinte para funerais e certas consagrações no Pontifical.* ↩

60. *Motu Proprio Rubricarum Instructum 25 de julho de 1960, AAS 52 (1960), 594.* ↩

61. *Braga também foi o autor da Instrução Geral da Missa Nova de 1969, uma obra que muitos tradicionalistas consideram herética.* ↩

62. *In Novum Codicem, 221. “Immo textus rebricarum iam ad simpliciores et systematicam formam redactus nonnullas Patrum determinationes faciliores certo reddet.”* ↩

63. *In Novum Codicem, 222. “Aliis: hodiernum quoque opus simplificationis rubricarum viam prae se omnino liberam non habuit, quae aedificationem novam permittit, quamvis a traditione non alienam.”* ↩

64. *In Novum Codicem, 222. “Praevia itaque necessitate omnes libros liturgicos mutandi, expleto Concilio, eiusque statutis in rem deductis, opportunum visum est clerum omnem non adigere ad eosdem libros nunc etiam variandos.”* entre as sugestões de Braga: recitar os Salmos em duas semanas, em vez de uma. ↩

65. *Vide Reid, 231. O Cardeal Spellman de Nova Iorque viajou a Roma em uma tentativa de impedir a promulgação da Nova Semana Santa.* ↩

66. *RL, 31. Um ano depois, uma vez começado o Concílio, o Cardeal Ottaviani acusaria aqueles que prepararam o esquema de terem “uma verdadeira ânsia por inovações em matérias em que elas não só são desnecessárias e inúteis, mas podem até se tornar prejudiciais.”* ↩

67. *RL, 36.* ↩

68. *RL, 38.* ↩

69. *RL, 41. “‘Progressista’, ‘spinto’ e ‘iconoclasta.’”* ↩

70. *Para o texto vide Concílio Vaticano II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia Sacrosanctum Concilium, 4 de dezembro de 1963, AAS 56 (1964), 97-138. Traduzida em DOL 1-131.* ↩

71. *Vide a análise de seus comentários no Congresso de Assis de 1956 em Reid, 246-9.* ↩

72. *Bugnini dá todos os nomes em RL, 907ss.* ↩

73. *RL, 62.* ↩ ↩

74. O livro de Bugnini era um manual de informação. Embora consegui-las seja uma tarefa difícil, uma vez que o livro carece de um índice e chega a quase mil páginas. A tradução inglesa (Collegeville: Liturgical Press 1990) fornecia um índice de pessoas, mas este é de limitada utilidade, já que os assuntos do livro requerem extensa referência cruzada. ↩

75. Ronald Jasper, Massey Shepherd, Raymond George, Friedrich Künneth, Eugene Brand e Max Thurian, representando os anglicanos, o Conselho Mundial de Igrejas, os luteranos e a comunidade ecumênica Taizé. ↩

76. Entrevista Detroit News, 27 de junho de 1967. ↩

77. A. Bugnini, "Ritocchi ad Alcune 'Preghiere Solenni' del Venerdì Santo", L'Osservatore Romano, 19 de março de 1965, 6. "E tuttavia l'amore delle anime il desiderio di agevolare in ogni modo il cammino dell'unione ai fratelli separati, rimuovendo ogni pietra che possa costituire pur lontanamente un inciampo motivo di disagio, hanno indotto la Chiesa anche a questi penosi sacrifici." ↩

78. Robert Moynihan, editor da extremamente conhecida publicação oficial Inside the Vatican, forneceu o seguinte depoimento, baseado em uma conversação de 2009 com um oficial do Vaticano: Em 1975, ele deixou uma pasta para trás, após uma reunião na Secretaria de Estado do Vaticano. O Monsenhor que achou a pasta abria-a para determinar quem era seu proprietário, e descobriu cartas endereçadas a Bugnini, como irmão do Grão-mestre da Maçonaria Italiana. A evidência foi eventualmente levada a Paulo VI, que aprovou a demissão de Bugnini. Bugnini foi exilado para o Irã como Delegado Apostólico. "O fim de um mistério", Inside the Vatican, 19 de julho de 2009, <http://www.insidethevatican.com/newsflash/2009/newflashjul-19-09.htm#top>. ↩

79. Sagrada Congregação dos Ritos (Consilium), Instrução (Primeira) *Inter Oecumenici*, sobre como executar ordenadamente a Constituição sobre a Liturgia, 26 de setembro de 1964, DOL 293-391. ↩

80. Sagrada Congregação dos Ritos (Consilium), Decreto *Nuper Edita Instructione*, promulgando o novo *Ordo Missae* e o *Ritus Servandus in Celebratione Missae*, 27 de janeiro 1965, DOL 1340. ↩

81. Sagrada Congregação dos Ritos (Consilium), Instrução (Segunda) *Tres Abhinc Annos*, sobre como executar ordenadamente a Constituição sobre a Liturgia, 4 de maio de 1967, DOL 445-74. ↩

82. Para informação biográfica sobre os membros do Grupo de Estudo 10, vide Maurizio Barba, *La Riforma Conciliare dell'Ordo Missae*, nova ed. (Roma: edizione Liturgiche 2008), 103-12. ↩

83. Vide Wagner, "Zur Reform", LO, 263ss. ↩

84. A celebração aconteceu na capela do Instituto Maria Bambina, Via Sant'Uffizio, 21. Se você visitar Roma, deixe ali uma coroa de flores pela morte da Missa. ↩

85. Os tradicionalistas, particularmente Lefebvre, mais tarde afirmariam o oposto, mas o detalhado relato de Bugnini (RL, 45-54) põe um fim à discussão. ↩

86. Para uma sinopse dos oito esquemas, vide Barba, Appendix II, 706ss. ↩